

## O acordo sem o qual não

Para que lado devemos voltar-nos? Para Bruxelas, onde o Primeiro Ministro se bate por uma aberta na tempestade que nos rodeia? Para Angola, onde uma simples acalmia, menos tiros e menos mortos, é saudada como se paz firme fosse, e onde agora se fala já de acções de guerra? Para Kinshasa, onde um Mobutu sobranceiro receberá Vítor Alves? Ou aqui para mais perto, para as provocações, violências e torturas desses aprendizes de feiticeiro que se dizem movimento reorganizativo do partido do proletariado? Ou para os operários e camponeses que se lançam, corajosamente, na batalha da produção, sacrificando horas de repouso e reivindicações salariais justas, seguros de que é o futuro que conta, mais do que o presente? Ou para o conjunto deste povo, um pouco perplexo, um pouco perturbado, diante de hesitações incompreensíveis, de indecisões que vêm minar as grandes afirmações de princípios, e também desta geral tolerância que nos faz deslizar, aos poucos, pelos terrenos escorregadios do indiferentismo.

Não é de falta de assunto que poderíamos queixar-nos. Nunca tivemos tanto de que falar, tanto para pensar, tanto para

agir. Mas esta abundância de obrigações, esta exigência que é a vida nacional, apanha-nos a quase todos nós impreparados, cheios de boa vontade, isso sim, os que a têm, porém facilmente ultrapassáveis pelos acontecimentos. Nesta condições, a frustração é um risco que corremos, e não insignificante. E tanto maior quanto mais pesada for a responsabilidade que sobre cada um impenda: se o jornalista, por exemplo, viajando de facto em facto, nessa mesma rapidez se desculpa de não aprofundar o que só aprofundado valeria a pena (voltaremos ainda a falar disto), o governante nenhuma escapatória pode invocar. Obrigado, por razões de utilidade, a disciplinar os factos e a encontrar-lhes coerência, é igualmente obrigado a procurar respostas e passá-las a acto. Sem demora, antes que seja demasiado tarde...

Que quer tudo isto dizer, se parece apontar a toda a parte e a parte nenhuma? Digamos. Agora chegou da Polónia o secretário de Estado da Indústria, nem animado nem desanimado, mas com as bases de «um acordo bastante concreto no sector da indústria e reparação naval», e outras possibilidades. Não

há motivo para espantos, nem sequer ser o parceiro país do Leste, coisa banal hoje. No caso apenas juntámos «acordo» e «secretário de Estado», lembrados de como falava o eng.º Martins Pereira quando justamente criticava o carácter pouco motivador das duas ou três políticas económicas até então enunciadas pelos sucessivos Governos Provisórios, lembrados da sua exigência de um plano suficientemente simples para ser entendido e suficientemente eficaz para valer o trabalho. A claridade do seu raciocínio convenceu muita gente.

Sabemos que esse plano se elabora, e confiadamente o esperamos. Mas vai parecendo que tarda, ou que, aparecido, igualmente não seja capaz de mover as populações como será condição. Tudo se põe, realmente, em termos de acordo. Com a Polónia, pois claro, e mais países — mas sobretudo esse outro acordo, sem o qual não chegaremos a parte alguma: o acordo do Povo com a Revolução, isto é, o Povo em Revolução, não a Revolução para o Povo. Mas, o plano, será ele isso? Será ele essa página muito simples e clara, muito directa, que enfim não deixe dúvidas que é de Socialismo que se trata e só de Socialismo?



# Três generais para a revolução

MARTINS PEREIRA  
SC1. VIDA PUBLICA  
SSC1. SEIT  
SR22. RECORTES/19



Tanto quanto se pode julgar pelo comunicado de sexta-feira passada, a Assembleia de Delegados do MFA acaba de inflectir, uma vez mais, o curso da revolução portuguesa, desta vez criando uma estrutura de decisão politico-militar que é não apenas um novo esquema constitucional, como também, e principalmente, uma nova cartada política para tentar salvar a revolução portuguesa.

Desta vez, estava em causa menos a opção sobre grandes linhas teóricas de fundo do que a resolução premente de uma crise cujos sintomas mais evidentes a súbita escalada de violência do passado fim-de-semana viera avivar. Trata-se, como assinalou o Presidente da República na alocução com que deu início aos trabalhos da Assembleia, de recuperar a revolução, através da definição do seu ritmo próprio, reconhecendo humildemente, que a quase totalidade do Povo esteve com a nossa Revolução e hoje temos que reconhecer que isso não acontece.

Reconhecer, ou seja, perceber onde está o perigo real para o processo, mesmo que a constatação seja, como já o é desde algum tempo, conhecida, não é, de forma alguma, o mérito menor do discurso do Presidente da República: é que este reconhecimento representa a superação da fase mítica do slogan "Povo-MFA" e, simultaneamente, da ultrapassagem da ideia narcísica que o MFA tem vindo a cultivar acerca de si próprio, ideia que, de facto, excede em muito aquilo que os observadores pensam sobre a própria instituição.

Acontece no meio de uma crise

política de vastas proporções que põe em jogo, não já a simples sobrevivência — por importante que seja — de uma coligação partidária, mas a própria viabilidade da revolução, a decisão tomada pela Assembleia, sobre o que representa de autolimitação de poderes, aponta para um esquema triunviral, cuja perspectiva histórica, inédita entre nós, é no entanto pouco alicianante.

Em primeiro lugar, porque é evidente que a solução triunviral não representa uma solução de compromisso entre individualidades, mas, principalmente, uma plataforma de entendimento entre diversas formas de encarar a revolução, as suas perspectivas e o seu desenvolvimento. Se é certo que, nos últimos dias, se assistiu a um processo desesperado de entronização e fulanização da personalidade de Vasco Gonçalves, nem por isso a controversa figura do primeiro-ministro deixou de ser apenas a cabeça representante (e provavelmente, pelo menos a nível militar, a cabeça pensante) de uma determinada linha do MFA, tida como próxima das posições do Partido Comunista.

Por outro lado, tanto quanto se queira ver em Costa Gomes uma personalidade independente, é óbvio que ele polariza as aspirações de vastos sectores do Movimento, incluindo algumas das mais prestigiosas figuras da primeira linha, em torno daquilo que habitualmente se considera a ala moderada do MFA. Nem sequer é difícil aproximar, programaticamente, esta orientação da linha geral do Partido Socialista.

Continua na pág. 9 A. M. F.

# Três generais para a revolução

Continuação da pág. 1

ta, no que ela tem revelado, para além do anticomunismo militante dos últimos tempos, de atenção ao equilíbrio de forças a que, segundo dizem, o país, determinado por condicionamentos geopolíticos e económicos, não pode deixar de ser sensível.

Neste plano, Otelo é o "odd man out". O polémico comandante do COPCON, que nessa qualidade, é uma figura-chave do equilíbrio politico-militar, representa — quem? Conhecidas que são as suas ligações com organizações populares e com movimentos políticos de extrema-esquerda, que papel pode vir a desempenhar no novo equilíbrio que a Assembleia do MFA acaba de instituir? As suas afinidades com o PRP-BR, por exemplo, são autênticas afinidades electivas ou meras afinidades tácticas?

Não pode, no entanto, deixar de ser notada a pouca simpatia que o general Otelo nutre pelo PCP, e que o levou, por mais de uma vez, a tecer duras críticas à prática daquela organização política. Mas quererá isto dizer que, no seio desta "troika" decisiva, Otelo vai fazer pender o prato da balança a favor de um dos lados, e que esse lado não será, necessariamente, aquele em que se encontra Vasco Gonçalves?

## REGRESSO AO PRESIDENCIALISMO?

A aceitarmos um mero esquema linear de representação directa, quase se poderia dizer que o que se esboça é um novo tipo de equilíbrio político, ou uma experiência de coligação alargada à esquerda revolucionária, o que, mais do que ninguém, causará engulhos ao Partido Comunista.

Para quem recordar da prática do PCP, o triunfalismo e a auto-suficiência dos primeiros meses de revolução, é simples compreender onde residem os sinais desta mutação evidente do comportamento de uma das forças políticas determinantes da actual situação. Um convite à paralização do trabalho pouco menos do que falhado, a tentativa de criação de um clima de golpe de estado em 4 de Julho, prontamente desmascarada pelo Presidente da República, um ensaio de barricadas que em alguns pontos terminou em debandada geral, são os sintomas de um mal-estar generalizado em relação à actuação do Partido, mal-estar que não se confina aos limites da urna eleitoral, mas que se alarga nos dois sentidos, quer em relação ao MFA, quer em relação ao sector social onde, por definição, o PCP joga o seu projecto: as massas trabalhadoras.

te agitada da 2.ª República. Quanto tempo sobrevirá este presidencialismo "tricéfalo"? E a quem beneficiará a eventual solução autoritária que ele permite antever?

## POVO-MFA: PARA ONDE VAI A ALIANÇA?

O reforço da autoridade civil e militar, a constituição do 5.º Governo Provisório, o ataque imediato aos principais problemas económicos, a definição de uma política relativa ao investimento privado, constituem alguns problemas mais urgentes com que o triunvirato terá de se defrontar. O que levanta, de imediato, alguns problemas fundamentais: numa altura particularmente difícil das relações de trabalho e de aumento da tensão social e das lutas de classe, o reforço defendido não pode fazer-se sem um primeiro tempo de repressão das movimentações operárias e populares — ou seja, sem o preço que a revolução tem de pagar às hipóteses da sua própria sobrevivência, se seguirmos o raciocínio e o diagnóstico de João Martins Pereira.

Por outro lado, e em relação a coisas tão fundamentais como as relações externas, a definição de uma política de alianças tácticas e de preferências relativamente ao investimento estrangeiro ou a gestão da crise económica, é difícil o acordo unânime entre os membros do trio dirigente. E o que é certo é que o avanço sobre os sinais alarmantes da desagregação socio-económica do país passa, prioritariamente, pela clarificação desses pontos. Estaremos perante um novo tipo de impasse de decisão política? Ou assistiremos, com o apoio inevitável dos partidos políticos, a uma nova ilustração do velho aforismo: em três, um é demais?

De todos estes problemas, está afinal dependente a evolução da crise de confiança que afecta, neste momento, a aliança Povo/MFA. Crise de confiança que não representa apenas o retirar de um capital de esperança depositado pelas massas populares no movimento libertador, mas, mais do que isso, o antecipar de uma clara hostilidade que de oposição transitória se poderá tornar, em pouco tempo, em violenta animosidade. Grande parte da população portuguesa, reconheceu Costa Gomes, foi ultrapassada pelo ritmo do processo revolucionário, e, eventualmente, também, pelos seus erros de cálculo. A resistência crescente às formas oficiais ou officiosas de expressão do pensamento, sejam os jornais ou quase todas as emissoras de rádio, a questionação da au-

do PCP, o triunvirato e a insuficiência dos primeiros meses de revolução, é simples compreender onde residem os sinais desta mutação evidente do comportamento de uma das forças políticas determinantes da actual situação. Um convite à paralização do trabalho pouco menos do que falhado, a tentativa de criação de um clima de golpe de estado em 4 de Julho, prontamente desmascarada pelo Presidente da República, um ensaio de barricadas que em alguns pontos terminou em debandada geral, são os sintomas de um mal-estar generalizado em relação à actuação do Partido, mal-estar que não se confina aos limites da urna eleitoral, mas que se alarga nos dois sentidos, quer em relação ao MFA, quer em relação ao sector social onde, por definição, o PCP joga o seu projecto: as massas trabalhadoras.

E, por extensão, e o sentimento anticomunista de direita que vem à superfície, ao mesmo tempo que o abandono de uma linha de massas, por parte da direcção do partido, implica a progressiva diminuição da sua influência política no seio de sectores sociais determinantes na actual fase da luta de classes. É a ascensão do general Otelo uma consagração do papel crescente influente da esquerda revolucionária? É difícil dizê-lo. Apenas, é um facto esse aumento de importância relativa: o próprio PCP, tão renitente nos contactos que estabelece, tentou há poucas semanas, uma aproximação que incluía, não apenas o PRP-BR, mas também a União Democrática Popular, crítico feroz da orientação daquele a que chama o -falso Partido Comunista-.

De qualquer forma, é inútil insistir na ideia de que estas ou outras opções politicamente localizáveis em função dos movimentos e partidos políticos existentes, não se virão a manifestar no seio do triunvirato dirigente. Do discurso de Costa Gomes à grande ofensiva pró-Vasco da semana passada vai um espaço político que, não sendo de forma alguma antagónico, é pelo menos, e a curto prazo, relativamente contraditório. Que esse espaço é balizado por claras opções políticas que encontram concorrentemente expressão nos programas e na prática designadamente dos Partidos Socialistas e Comunistas é também evidente. Daí que para além de não resolver o problema político de fundo, a decisão da Assembleia do MFA venha a abrir apenas mais um capítulo na história inevitamen-

temo arrojado, em que, um e demais?

De todos estes problemas, está afinal dependente a evolução da crise de confiança que afecta, neste momento, a aliança Povo/MFA. Crise de confiança que não representa apenas o retirar de um capital de esperança depositado pelas massas populares no movimento libertador, mas, mais do que isso, o antecipar de uma clara hostilidade que de oposição transitória se poderá tornar, em pouco tempo, em violenta animosidade. Grande parte da população portuguesa, reconheceu Costa Gomes, foi ultrapassada pelo ritmo do processo revolucionário, e, eventualmente, também, pelos seus erros de cálculo. A resistência crescente às formas oficiais ou oficiosas de expressão do pensamento, sejam os jornais ou quase todas as emissoras de rádio, a questionação da autoridade militar em casos como o da Batalha, sendo sinal deste descontentamento, estão a ser instrumentalizados pela direita reacçãoária no sentido terrorista e golpista que mais lhe convém: fazer de Portugal uma nova Itália pode ser o seu projecto. Por outro lado, o próprio Partido Socialista capitaliza, neste momento, por vezes através de uma prática militantemente anticomunista, este descontentamento: sendo partido (e, para mais, grande partido) na oposição, o PS centraliza a resposta eminentemente negativa à forma hesitante e contraditória como o MFA tem tratado, quer certos pontos quentes da vida política (caso -República-, Rádio Renascença...), quer, e em última análise, a própria vontade da maioria da população tal como, mal ou bem, tem vindo a ser expressa. Quer dizer que os riscos que corre a aliança Povo-MFA são, afinal, os riscos que corre a própria revolução: o perder-se na privilegiar da instância política, desatenta quer da correlação de forças, quer da base económica sobre que forçosamente tem de assentar a transição para o socialismo.

O sentido da funcionalidade do triunvirato dirigente tem pouco mais do que uma ou duas semanas para dar os seus primeiros sinais de vida: a constituição do 5.º Governo Provisório será, obrigatoriamente, a sua primeira prova de fogo. Aos três generais compete agora conseguir o que a um só, parece, acabou por ser impossível: encontrar os homens — e um projecto — para a Revolução ameaçada.

A.M.F.

MARTINS PEREIRA  
S. C. L. VIDA PÚBLICA  
SSC1, SEIT  
SR22. RECORTES / 20

O jornal de maior circulação em Portugal

# O SÉCULO

Director Interino — Adelino Tavares da Silva

• REDACÇÃO — ADMINISTRAÇÃO  
E OFICINAS EM LISBOA - 2  
• RUA DE «O SÉCULO», 41 A 63  
• TELEFONES — 3627 51 A 3627 55  
• TELEGRAMAS — SÉCULO — LISBOA  
• TELEX — 12 372 — SÉCULO — LISBOA  
Tiragem de 17 - 7 - 75: 57 600 exemplares

SEXTA - FEIRA  
18 DE JULHO DE 1975  
ANO 95.º — N.º 33 427 — Preço 4\$00  
Propriedade de SOCIEDADE NACIONAL  
DE TIPOGRAFIA, S. A. R. L.

*Contactos com a anterior coligação para consultas sobre o novo Governo*



# O PRIMEIRO-MINISTRO RECEBEU REPRESENTANTES DOS QUATRO PARTIDOS

O Primeiro-Ministro, Vasco Gonçalves, manteve ontem contactos preliminares com vista à resolução da crise governamental. Os contactos do general Vasco Gonçalves com personalidades de destaque da vida política portuguesa iniciaram-se em S. Bento pouco depois das 15 horas e prolongaram-se até às 23.

Uma das primeiras individualidades a serem recebidas foi o secretário-geral do Partido Comunista Português e ministro sem pasta do IV Governo Provisório, Alvaro Cunhal. Seguiram-se o tenente-coronel Arnão Metelo, ministro da Administração Interna, o dr. Mário Murteira, ministro da Coordenação e do Planeamento Económico, o dr. Pereira de Moura, ministro sem pasta e membro da Comissão Central do MDP/CDE, o dr. Sá Borges, ministro dos Assuntos Sociais e membro do PPD, o eng. João Cravinho, ministro da Indústria e Tecnologia, e o dr. Jorge Sampaio, secretário de Estado da Cooperação Externa.

Cerca das 19 e 30, che-

«A não ser que as condições se alterem, a posição do PPD é a mesma.

«Registe-se que o eng.º João Cravinho e o dr. Jorge Sampaio, que devem ter chegado a S. Bento a meio da tarde de ontem, abandonaram o local pouco depois das 23 horas. A saída, sobre os motivos de tão longa permanência junto do Primeiro-Ministro, declararam:

«Viemos trazer a nossa contribuição para a discussão da situação política actual».

**O Gabinete do Primeiro-Ministro passará a informar sobre a evolução dos contactos**

O Gabinete do Primeiro-Ministro divulgou, entretanto, o seguinte comunicado ao princípio da tarde de ontem:

**Na sequência da crise governamental aberta pela** (Continuação na 2.ª página)



## Metalúrgicos de Lisboa: reforçar a vigilância

«A situação política e social é tão perigosa como em 28 de Setembro e em 11 de Março», alertou, ontem, um elemento da comissão directiva do Sindicato Nacional dos Técnicos e Operários Metalúrgicos e Metalomecânicos do Distrito de Lisboa, no plano de delegados sindicais para análise da situação política e sindical, problemas de Previdência e informações sobre verticalização e contratação colectiva.

Continuando a analisar a situação política, o elemento da comissão directiva advertiu para a «escalada da reacção e para o redobrar da campanha caluniosa contra as forças progressistas, MFA, Conselho Superior da Revolução e Primeiro-Ministro, com o objectivo de criar «um quadro de confusão ideológica

VÍTOR DIAS (MDP)